



BUROCRACIA, CAPACITAÇÃO E CONTROLE: UMA DISCUSSÃO CRÍTICA SOBRE AS FRAGILIDADES DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL

**Mathias Cavalcante Do Nascimento¹, Hortência Silva Oliveira², Mariana
Lacerda Cervantes De Carvalho³.**

Resumo: O presente trabalho contextualiza a licitação pública como um processo administrativo essencial à administração de recursos públicos, visando à isonomia, à seleção da melhor proposta e ao desenvolvimento sustentável. Menciona que, embora as antigas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 apresentassem fragilidades, o foco deste estudo é examinar quais as dificuldades e as barreiras impostas pela nova Lei 14.133/2021? e como estas podem comprometer a eficácia do cumprimento da legislação? A existência de burocracia excessiva, a ausência de controle eficaz e a falta de capacitação dos agentes públicos ainda comprometem a efetividade do processo licitatório no Brasil, falhas que são recentemente reforçadas por fraudes e formação de cartéis. Ademais, esta pesquisa possui natureza básica e foi construída com o método dedutivo, a partir de premissas gerais, leis, princípios do direito administrativo e de teorias de burocracia, para analisar e para chegar a conclusões específicas sobre as fragilidades de um caso particular: as licitações públicas no Brasil, prezando por abordagens rigorosas que favoreçam a correta interpretação e explanação do conteúdo analisado. A pesquisa bibliográfica e documental, com foco em discussões acerca do tema, foi minuciosamente seguida ao decorrer da pesquisa. Destarte, o processo licitatório no Brasil permanece com fragilidades, o que o torna vulnerável a fraudes e cartéis. Tais vulnerabilidades decorrem da burocracia excessiva, da ausência de capacitação adequada dos agentes públicos e da carência de um controle eficaz, fatores que comprometem a efetividade e a integridade de todo o procedimento. Portanto, é imprescindível garantir a transparência do processo, de modo que a sociedade civil, mesmo leiga nos detalhes técnicos, possa exercer a devida fiscalização. Paralelamente, são cruciais a fiscalização minuciosa e a qualificação técnica dos envolvidos para assegurar a eficiência das contratações públicas e mitigar o risco

¹ Graduando em Direito pela Universidade Regional do Cariri - URCA. E-mail: mathias.nascimento@urca.br

² Graduando em Direito pela Universidade Regional do Cariri - URCA. E-mail: hortencia.oliveira@urca.br

³ Mestra em Direito pela Universidade Federal da Paraíba e professora do curso de Direito da Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: mariana.carvalho@urca.br

X SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA
XXVIII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA
10 a 14 de NOVEMBRO de 2025

Tema: "UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AGENDA 2030"



de desvio da finalidade das licitações, garantindo, assim, o respeito aos princípios primordiais da administração. O estudo conclui que a fiscalização especializada e o aumento da transparência pública são essenciais para garantir a eficiência e o real objetivo do processo licitatório, que é a melhor proposta para a administração e a busca pela maior satisfação da sociedade enquanto receptoras das ações públicas advindas do processo licitatório.

Palavras-chave: Fragilidades. Licitações. Gestão Pública. Burocracia. Direito Administrativo.